



TESOURO NACIONAL

Sumário Executivo

**2026**

**Janeiro**

Publicado em

25/02/2026

# Resultado do Tesouro Nacional



## Sumário Executivo

Em janeiro de 2026, o Governo Central apresentou um superávit primário de R\$ 86,9 bilhões, resultado que superou em R\$ 1,8 bilhão o superávit registrado no mesmo mês do ano anterior, representando um crescimento nominal de 2,2% no resultado primário do Governo Central. O superávit do mês ficou acima da mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda, que apontava para um superávit de R\$ 84,7 bilhões.

O resultado conjunto do Tesouro Nacional e do Banco Central foi superavitário em R\$ 107,5 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou um déficit de R\$ 20,6 bilhões. Comparado a janeiro de 2025, o resultado primário decorreu da combinação de crescimentos reais de 1,2% da receita líquida (+R\$ 3,3 bilhões) e de 2,9% das despesas totais (+R\$ 5,3 bilhões).

O acréscimo real da receita líquida em janeiro de 2026 refletiu, principalmente, os aumentos reais de 3,7% das Receitas Administradas pela RFB (+ R\$ 8,4 bilhões) e de 6,9% da Arrecadação Líquida para o RGPS (+R\$ 3,9 bilhões).

No que se refere às Receitas Administradas, destacaram-se as seguintes rubricas: i) Imposto sobre a Renda (+R\$ 3,9 bilhões), com crescimento atribuído, principalmente, aos valores arrecadados com rendimentos do capital (+R\$ 3,3 bilhões) e do trabalho (+R\$ 2,5 bilhões), que foram parcialmente compensados pela queda registrada no IRPJ (-R\$ 3,0 bilhões), este último atribuído a um decréscimo real de 13,6% nos recolhimentos da estimativa mensal, apesar de terem sido observados aumentos reais tanto no lucro presumido (+15,0%) quanto na declaração de ajuste (+12,1%); ii) IOF (+R\$ 2,7 bilhões), reflexo das alterações promovidas pelo Decreto nº 12.499/2025, em especial os recolhimentos associados a operações de câmbio relativas à saída de moeda estrangeira, a operações de crédito e a títulos e valores mobiliários; iii) Outras Receitas Administradas (+R\$ 2,1 bilhões), explicado, entre outros fatores, pelos aumentos reais das arrecadações relacionadas à participação da União em loterias e aos depósitos judiciais; e iv) Imposto de Importação (-R\$ 1,4 bilhão), atribuído aos decréscimos de 17,1% no valor em dólar (volume) das importações, de 11,4% na taxa média de câmbio e de 6,5% na alíquota média efetiva deste tributo. No caso da arrecadação previdenciária líquida, o desempenho foi sustentado, entre outros fatores, pelo aumento da massa salarial, pelo aumento da arrecadação do Simples Nacional previdenciário e pela redução da desoneração da folha de pagamentos.

Em direção oposta, os recolhimentos das Receitas Não Administradas registraram um decréscimo de R\$ 5,8 bilhões, destacando-se a redução das receitas relacionadas à Exploração de Recursos Naturais (-R\$ 5,1 bilhões), influenciado, preponderantemente, pela queda do preço internacional do barril de petróleo e pela apreciação da taxa de câmbio. Outro fator que contribuiu para atenuar o crescimento da

receita primária líquida esteve associado ao aumento de 7,8% dos repasses do FPM/FPE/IPI-EEE (+R\$ 2,9 bilhões), que refletiram a dinâmica dos tributos que compõem a base de tais repartições de receitas.

O aumento real nas despesas primárias observado no mês de janeiro de 2026 concentrou-se nas despesas de Benefícios Previdenciários (+R\$ 4,0 bilhões), explicado pelo aumento do número de beneficiários e pelos reajustes reais do salário-mínimo, e de Pessoal e Encargos Sociais (+R\$ 3,3 bilhões), em função da base de comparação de janeiro de 2025 não refletir os aumentos concedidos ao funcionalismo público, cujos efeitos se efetivaram a partir de maio daquele ano. Em sentido oposto, compensando parcialmente os aumentos anteriores, as rubricas de despesas Obrigatórias com Controle de fluxo e Abono e Seguro Desemprego foram as que observaram os decréscimos de maiores magnitudes, com quedas de R\$ 1,9 bilhão e R\$ 1,5 bilhão, respectivamente. Enquanto a primeira foi justificada, essencialmente, pelos decréscimos reais em Bolsa Família (-R\$ 1,3 bilhão) e na função Saúde (-R\$ 605,1 milhões), a redução nas despesas com Abono e Seguro Desemprego se concentraram, majoritariamente, na linha de Seguro Desemprego (-R\$ 1,5 bilhão), com destaque para a queda nas despesas com o seguro-defeso, cujos pagamentos ocorrerão a partir de fevereiro de 2026.